



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA
DIA	CAPITAL
DIÁRIO	TARDE
A TRIBUNA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	
JORNAL DE NOTÍCIAS	

21. JAN. 1980

...mente imóvel, encostado à parede fendida daquela casa. Não perdia nem uma palavra, nem um murmúrio do rádio.

...mente nada. Apenas as roupas que traziam vestidas.

O jovem que viera de motorizada - furando por entre o magote.

...verica.

O jovem da maiorizada, de capacete marcial, de blusão marcial, de lus marcialas,

...dido, até a família... E à chuva, ao vento, ao frio...

O jovem marcialo acaba por

Continua na pág. 4



DEPOIS DO DEBATE, O COMBATE

A nossa tímida e tão cobiçada RTP, desonerando-se de responsabilidade quanto à escolha dos intervenientes e à montagem dos episódios, incluiu na programação da semana passada trechos selectos do espectáculo redimensionado. Da apreciação pela Assembleia da República do programa do VI Governo Constitucional nada havia a esperar sob o aspecto político. Sabia-se, à partida, que a votação não traria surpresas e as posições doutrinais eram conhecidas. A eleição do dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, para o cargo de Presidente da Assembleia da República, cargo para o qual se falara no antigo ministro Medeiros Ferreira, permitira verificar a prudente disciplina dos «reformadores», conscientes, como estão, de que devem ao PSD o seu mandato.

É ponto assente que os desiludidos «socialistas» e os persistentes «comunialistas» terão que merecer os seus lugares em São Bento, que os seus votos não são livres, que a sua liberdade de movimento é limitada. A nove meses das próximas eleições legislativas a Aliança Democrática é mais do que um quadro de actuação concertada, é a rampa de lançamento e a máquina de apoio para a renovação dos lugares de deputados.

É o próprio CDS não terá ilusões. Também para os «centristas» a coligação é necessária. O partido só evitou o desgaste do mau e efémero consórcio com o Partido Socialista em virtude do dinamismo unitário. A sua «direita» exprimiram-se, é certo, 70.000 vozes. Mas esses votos não estão a ser atraídos pela «coligação» e o CDS não tem as mãos livres para os negociar. Para tal não bastam os virulentos trocadilhos do dr. Francisco Lucas Pires. Esse é combate que se não trava só com retórica parlamentar e vivacidade comicista.

Na «coligação», o parceiro hegemónico é o PSD. É o PSD, a força política que pode tomar as iniciativas. E algumas vem tomando de modo ostensivo. E algumas vem tomando discretamente. As afirmações do Primeiro-Ministro são claras e duras, mas tácticas. A escolha das soluções estratégicas não parece ser definitiva.

Cedendo ao dr. Diogo Freitas do Amaral, com a vice-presidência do Governo, a pasta dos Negócios Estrangeiros, o dr. Francisco Sá Carneiro delegou no dirigente máximo do CDS o encargo de provocar uma contestação frontal da orientação política, de iniciativas e de personalidades apoiadas pelo Presidente da República. E se a esta «frente» aberta de combate ao general Ramalho Eanes acrescentarmos a que foi confiada ao engenheiro Amaro da Costa (veja-se entrevista ao «Expresso» de 19 de Janeiro) e a outra de que voluntariosamente se incumbiu o pugnaz dr. Francisco Lucas Pires, a recuperação do dia «10 de Junho» que deverá deixar de ser - é Lucas Pires que o afirma - «um pretexto para a existência do Conselho da Revolução», teremos uma perspectiva das áreas conflituais criadas e susceptíveis de alargamento.

Sem deixar de assumir a «relação conflitual» com o Presidente da República - e a ela rapidamente aludiu numa das suas intervenções parlamentares - o Primeiro-Ministro entregou a Freitas do Amaral o encargo de criar uma situação de desafio, de choque e de escândalo: a retenção de Maria de Lurdes Pintasilgo e a sua eventual substituição como embaixadora de Portugal junto da UNESCO.

O pretexto que serviu de justificação para confiar a pasta dos Negócios Estrangeiros ao estudioso administrativista, que, por facto e formação, não é um diplomata europeu, foram as relações internacionais do CDS e a posição pessoal do professor Freitas do Amaral no directório da UEDC. Mas a atitude de retaliação insólita em relação à embaixadora junto da UNESCO pela mesquinhez que patenteia, pelo seu carácter vindicativo e persecutório, empalideceu fortemente as possibilidades do ministro Freitas do Amaral como interlocutor governamental numa Europa democrática habituada a alternâncias não-dramáticas do poder/político e da gestão governamental.

Haverá a expressa a intenção de desgastar o CDS? A resposta afirmativa seria prematura. Mas esboçam-se perspectivas que nos levam a crer que a repulsa que mereceram as eleições da nova comissão distrital do Porto, do PSD, apontam para a utilização da «coligação», mas não deixam antever a fusão orgânica com o CDS. Sequer para um reforço de formas de enlace que rapidamente espartilhem, para lá de 1980, as relações das duas formações políticas unidas contratualmente até 1984.

Mas 1984 vem longe. A emergência eleitoral de 1980/1981 deverá ser abordada com um dispositivo político com virtualidades para abranger toda a latitude das competições eleitorais: as eleições legislativas, a eleição presidencial.

A bandeira do «regresso», embora docemente intitulada «mudança», não nos parece que assegure uma candidatura presidencial. O estado-maior do PSD é obrigado a considerar «uma aliança mais ampla», ou uma aliança diferente». E as aproximações e separações tão frequentes e ilógicas têm sido neste Portugal à beira-mar plantado que não será aventuroso admitir que tenhamos no decorrer de 1980 supresas políticas.

No debate de São Bento, o engenheiro João Cravinho concluiu a sua intervenção dizendo: «O Programa do Governo revive o passado, ignora o presente e ensombra o futuro.» A fórmula dá-nos, em síntese, o que transpareceu de um debate sem novidade e sem grandeza. Atacando o Partido Socialista, culpabilizando-o, o dr. Francisco Sá Carneiro não terá fechado todas as portas. Nem terá aberto todos os caminhos que, com a reafirmação da «nova maioria», facilitarão o seu alargamento.

Não nos esqueçamos que um Presidente da República não é eleito pelo «método de Hondt» e que permanece a dúvida, entre democratas civis e militares democratas quanto às vantagens e desvantagens de perpetuar a tradição extremamente negativa de designar militares para o alto cargo de Presidente da República, sensível a essa problemática, dividido entre aliar-se com quem lhe assegure o afastamento do general Ramalho Eanes numa base política ou com quem lhe garanta esse resultado por pressão militar, supõe-se que o Primeiro-Ministro, como figura cimeira do Partido Social-Democrata, não tem neste momento as mãos vazias. Dizem-nos que tem já o seu interlocutor militar; supomos que não esgotou as suas possibilidades no terreno político.

Ainda é cedo para aderirmos à hipótese de que os resultados dos trabalhos da Comissão Nacional do Partido Socialista tenham contribuído para alimentar as esperanças do dr. Francisco Sá Carneiro numa solução amplamente maioritária para as eleições presidenciais.

E que o que se irá passar não nos colha de improviso. O loquaz Lucas Pires já proclamou: «o 10 de Junho tem de ser um dia da Pátria e não mais um pretexto para a existência do Conselho da Revolução».

Dê-se à frase o valor que ela tem na perspectiva de «mudança» que pode aliar - contra o «25 de Abril» - um «centro» que tende para a «direita» e uma «direita» que sonha com o «regresso» a 24 de Abril.